



Novo cálculo da aposentadoria passa em Plenário e vai a sanção

Marcos Oliveira/Agência Senado



Fórmula 85/95, aprovada ontem, foi resultado de acordo entre Congresso e governo para preservar o valor dos benefícios sem prejudicar as contas da Previdência

O texto cria uma opção ao fator previdenciário, que reduz o valor das aposentadorias. Pela nova regra, a mulher poderá se aposentar sem o fator quando a soma da idade com o tempo de contribuição for 85. No caso do homem, o resultado deverá ser 95. A proposta inclui uma progressão que leva em conta o aumento da expectativa de vida no país. Assim, a fórmula será 86/96 em 2019 e 2020, 87/97 em 2021 e 2022, 88/98 em 2023 e 2024, 89/99 em 2025 e 2026 e 90/100 de 2027 em diante. **3**

Líder do governo no Congresso, o senador José Pimentel defende em Plenário a proposta, que também trata da concessão de pensões por morte, entre outros temas

CPI do Futebol se divide sobre quebra de sigilo **6**

Proposta permite deduzir do IR gasto com academia **7**

Estudo aponta vantagens da escola de tempo integral **8**

Chega MP que reduz número de ministérios **2**

Avança projeto que beneficia servidor com doença grave **7**

Jefferson Rudy/Agência Senado



CMO reuniu líderes e decidiu prazo para votar relatório da LDO 2016

Comissão aprova 3 contas de Dilma e Lula; Congresso dará palavra final

A Comissão Mista de Orçamento aceitou ontem as contas presidenciais de 2009 e 2010, do ex-presidente Lula, e de 2012, da presidente Dilma. Os projetos se-

guem agora para análise em sessão conjunta do Congresso. A CMO também fechou acordo para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 em duas semanas. **12**

Contratos de Furnas e Chesf são estendidos por mais 2 décadas

Segue para sanção projeto que prorroga até 2035 contratos de Furnas Centrais Elétricas com grandes consumidores de energia e até 2037 os da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). O texto cria ainda dois fundos para captação de recursos. **9**

Fies contará com recursos extras de R\$ 5,2 bilhões

O Plenário aprovou a liberação de um crédito extraordinário de R\$ 9,8 bilhões para o Ministério da Educação. A maior parte irá para o Fundo de Financiamento Estudantil, que oferece empréstimos para que alunos cursarem faculdades privadas. **3**

Sem quórum, sessão para votação de vetos é adiada

Pela segunda vez nesta semana, o Congresso Nacional não conseguiu votar os vetos presidenciais. A sessão convocada para ontem teve de ser suspensa porque não houve número suficiente de parlamentares. A quantidade necessária de senadores esteve presente, mas não a de deputados federais — eram necessários

pelo menos 257, mas apenas 182 compareceram. Entre os vetos presidenciais pendentes da decisão do Congresso, está o feito ao projeto que aumenta o salário dos servidores do Poder Judiciário em até 78,56%. O governo diz que, se o veto for derrubado, o ajuste das contas públicas ficará comprometido. **5**

Senado confirma indicação para diretoria do Dnit **4**

Para advogado, União não controla imóveis próprios **11**

Imposto de bebidas precisa subir, defende Receita **10**



Senadora Simone Tebet (C) coordena a audiência pública em torno da unificação da alíquota do imposto estadual

Estados pedem fundo para compensar perda de ICMS

Em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional para debater unificação da alíquota de ICMS em 4%, proposta pelo Executivo, secretários de Fazenda de vários estados apoiaram a ideia, desde que acompanhada de criação de um fundo constitucional que compense as

perdas causadas pela mudança tributária. Eles estimam que os estados precisarão de pelo menos R\$ 296 bilhões ao longo de 20 anos. Medida provisória enviada pelo governo prevendo fundo com esse objetivo aponta como fonte de receita a repatriação de recursos do exterior. **4**

Genildo Magalhães/Agência Senado

Comissão de senadores e deputados vai analisar a medida provisória que enxugou a estrutura da Presidência da República, com a fusão de pastas e a extinção de secretarias e de um ministério

Chega ao Congresso a MP da reforma administrativa

O GOVERNO ENVIOU ao Congresso Nacional medida provisória que redesenhou a estrutura e as competências de ministérios e órgãos da Presidência da República.

A MP 696/2015 integra as medidas do pacote fiscal, com o qual o governo espera elevar a arrecadação federal em 2016, diminuir gastos públicos e obter superávit primário.

A medida provisória será analisada em uma comissão mista de deputados e senadores. Se aprovada, seguirá para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. A MP determinou a fusão de dois ministérios (Trabalho e Previdência Social) e a extinção de um terceiro (Pesca e Aquicultura), cujas funções foram transferidas para o Ministério da Agricultura.

Três secretarias ligadas à Presidência da República

foram reunidas em um único ministério: Políticas para as Mulheres (SPM), Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Direitos Humanos (SDH) formarão o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Outras duas secretarias presidenciais (de Relações Institucionais e da Micro e Pequena Empresa) desaparecem, tendo as funções absorvidas pela Secretaria de Governo da Presidência da República, novo nome da Secretaria-Geral da Presidência.

Secretaria fortalecida

A MP 696 extinguiu a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, transferindo as funções para o Ministério do Planejamento, e criou a Casa Militar da Presidência da República, que subs-

tituiu o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A área de inteligência do governo, incluindo a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), antes ligada à GSI, seguiu para a Secretaria de Governo, que sai fortalecida da reestruturação administrativa.

O governo informa na mensagem que acompanha a MP que o orçamento, o acervo patrimonial e o quadro de servidores efetivos dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados serão transferidos para as novas estruturas administrativas. Caberá ao Poder Executivo dispor, em decreto, sobre a organização, as competências, as atribuições e a denominação das unidades e cargos criados.

Ainda segundo a mensagem, a medida não acarreta aumento de despesas.



Senador comandou a Comissão de Desenvolvimento Regional em 2013 e 2014

Valadares entra em galeria de presidentes de comissão

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) foi homenageado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com a inserção de seu retrato na galeria de ex-presidentes do colegiado. A homenagem foi comandada pelo atual presidente da CDR, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Valadares presidiu a comissão no biênio 2013-2014. No período, a CDR votou 160 proposições e promoveu audiências públicas.

— Discutimos temas e aprovamos matérias que contribuíram e contribuirão para um país mais justo e democrático — disse o senador.

Lançamento de *Em Discussão!* é transferido para terça-feira

Foi transferido para terça-feira, às 14h30, o lançamento do número 26 da revista *Em Discussão!*, que ocorreria ontem em reunião da Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto

Federativo. A revista aborda as soluções que estão sendo encaminhadas pelo Congresso para o reequilíbrio das relações entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Mudanças nos ministérios

Órgão extinto	Quem assume as funções
Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério da Agricultura
Secretaria de Relações Institucionais	Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	Secretaria de Governo da Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República*	Casa Militar da Presidência da República
Secretaria de Assuntos Estratégicos	Ministério do Planejamento

Órgãos fundidos	Novo nome
Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social	Ministério do Trabalho e Previdência Social
Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Direitos Humanos	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

* Atividades de inteligência, incluindo controle da Abin, passarão para a Secretaria de Governo da Presidência.

Informação sobre ensino superior vira lei

A presidente Dilma Rousseff sancionou lei que obriga as instituições de ensino superior a divulgar na internet informações como programas dos cursos, requisitos, qualificação dos professores e critérios de avaliação. A inclusão da exigência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi proposta no PL 2.491/2007, do deputado Ivan Valente (PSOL-AP), que tramitou no Congresso por quase oito anos.

De acordo com a Lei 13.168/2015, as instituições devem divulgar as informa-

ções pelo menos um mês antes do início de cada semestre letivo, em três meios: em página na internet, em propagandas eletrônicas e em local de fácil acesso ao público. Caso a instituição não tenha site, deverá criar pelo menos um, para esse fim específico.

Durante a tramitação no Senado (PLC 67/2011), o relator, Ciro Nogueira (PP-PI), concordou com o mérito do projeto. “O detalhamento das exigências inscritas na LDB deve contribuir para que os estudantes não apenas se

informem, mas, igualmente, tenham instrumentos mais adequados para, por exemplo, exigir o cumprimento dos programas e a efetiva indicação dos professores previamente anunciados como responsáveis pelas disciplinas dos cursos”, observa.

Ele propôs alterações para dar clareza ao texto e estabelecer prazo para atualização das informações divulgadas. A Câmara, no entanto, decidiu manter o texto aprovado inicialmente naquela Casa, que acabou enviado à sanção.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Fraude em Sergipe**
8h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária faz audiência para debater possível fraude em processo administrativo na Superintendência de Sergipe do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
- CPI DO CARE Requerimentos**
9h A CPI analisa requerimentos.
- CMO Reunião extraordinária**
9h30 Está convocada reunião extraordinária da Comissão Mista de Orçamento.
- CPI DO HSBC Requerimentos**
10h A CPI aprecia requerimentos.
- CE Bolsa-Atleta**
10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) promove audiência pública interativa para avaliar os Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Pódio, especificamente em relação aos Jogos Rio 2016. Entre os convidados, estão o jornalista do UOL José Cruz e representante da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte.

- CRE Indústria de defesa**
10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência pública interativa para discutir a situação da indústria de defesa brasileira e projetos estratégicos do setor.
- PLENÁRIO Sessões deliberativas**
11h30 Sessão deliberativa extraordinária. Às 14h, sessão deliberativa.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
11h30 Renan Calheiros preside sessão deliberativa extraordinária.
- MP 687/2015 Ancine, Cade e Ibama**
14h Audiência pública interativa debate a MP 687/2015, que trata da atualização monetária de taxas cobradas pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pelo Ibama. Entre os convidados, estão representantes da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aprova novas regras para aposentadoria

Alternativa ao fator previdenciário, que reduz o valor dos benefícios, fórmula 85/95 terá uma progressão que leva em conta o aumento da expectativa de vida da população

OS SENADORES APROVARAM ontem a medida provisória (MP) que altera a fórmula para aposentadoria em alternativa ao fator previdenciário. O texto foi a contraproposta do governo para evitar a derrubada do veto presidencial ao fim do fator previdenciário. Com a aprovação, o cálculo será feito pela regra conhecida como 85/95. A nova norma segue à sanção presidencial.





O texto estabelece, até 2018, a aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) pela regra 85/95. Ela permite ao trabalhador aposentar-se sem a redução aplicada pelo fator previdenciário sobre o benefício. O fator foi criado no ano 2000 para desestimular a aposentadoria antes dos 60 anos (homem) ou dos 55 (mulher).

Pela nova regra, a mulher que tiver recolhido no mínimo 30 anos para a Previdência poderá se aposentar sem o fator se a soma do tempo de contribuição e da idade for 85. No caso do homem, os 35 anos de contribuição somados à idade devem resultar 95, no mínimo.

O texto aprovado, do deputado Afonso Florence (PT-BA), manteve a progressão dessa soma ao longo de um período de transição. Mas suavizou o que o governo propôs originalmente na MP. Assim, a regra será 86/96 em 2019 e 2020; 87/97 em 2021 e 2022; 88/98 em 2023 e 2024; 89/99 em 2025 e 2026; e 90/100 de 2027 em diante.

— A fórmula progressiva que é apresentada pelo Governo não foi a ideal. Nós queríamos suprimir e até apresentamos destaque nesse sentido, mas entendemos que houve um amplo acordo para aumentar um ano a mais na idade só

Aposentados podem optar por regra nova ou antiga

		Exemplo 1	Exemplo 2	Exemplo 3	Evolução da pontuação* mínima para se aposentar com a nova regra:	
 Homens	Salário médio de R\$ 2.500	Idade:	55 anos	60 anos		65 anos
		Contribuição:	35 anos	35 anos	45 anos	
	Opção pela regra antiga	Fator previdenciário:	0,70	0,85	1,38	  Ano
		Benefício:	R\$ 1.750	R\$ 2.125	R\$ 3.448	
	Opção pela MP 676	Pontos*:	90	95	110	
		Benefício:	não aposenta	R\$ 2.500	R\$ 2.500	
 Mulheres	Salário médio de R\$ 2.500	Idade:	50 anos	55 anos	65 anos	
		Contribuição:	30 anos	35 anos	40 anos	
	Opção pela regra antiga	Fator previdenciário:	0,58	0,80	1,38	
		Benefício:	R\$ 1.450	R\$ 2.019	R\$ 3.450	
	Opção pela MP 676	Pontos*:	80	90	105	
		Benefício:	não aposenta	R\$ 2.500	R\$ 2.500	

*os pontos são a soma da idade e do tempo de contribuição do beneficiário

Ano	85	95
2015	85	95
2016	85	95
2017	85	95
2018	85	95
2019	86	96
2020	86	96
2021	87	97
2022	87	97
2023	88	98
2024	88	98
2025	89	99
2026	89	99
2027	90	100

de dois em dois anos e, como foi dito por todos os líderes, é um avanço — disse o senador Paulo Paim (PT-RS), defensor do fim do fator previdenciário.

Na votação, o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), fez um apelo para que não houvesse mudanças na MP. A proposta foi aprovada como estava, inclusive com votos da oposição. O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), mostrou preocupação com o futuro da previdência.

— Não queremos que o nosso país experimente aquilo que tem sido visto em outros países da América Latina e em outras partes do mundo, num desequilíbrio atuarial completo. Fruto de entendimentos, de idas e vindas, de avanços e recuos, chegamos à construção de um termo que não rompe com o fator previdenciário — elogiou.

A MP 676/2015 também alterou a legislação que trata da concessão de pensão por morte e empréstimo con-

signado; da concessão do seguro-desemprego durante o defeso; do regime de previdência complementar de servidores públicos federais; e do pagamento de empréstimos feitos por entidades fechadas e abertas de previdência complementar.

Desaposentação

Professores que comprovarem tempo de exercício exclusivamente na educação infantil e no ensino fundamental e médio terão direito a cinco pontos extras no cálculo. Nesses casos, o tempo de contribuição continua a ser de 30 anos para o homem e de 25 para a mulher, como previsto na legislação atual. Assim, a soma fica igual à de outros profissionais para aplicação da nova regra.

Anteriormente à edição da MP, a presidente Dilma Rousseff vetou a regra aprovada pelo Congresso que trazia a exigência da soma 85/95 para todas as aposentadorias como

opção ao fator previdenciário. O veto foi mantido no Congresso por meio de acordo para a edição da MP 676/2015, que introduziu a progressão da soma.

Segundo o Executivo, sem uma transição para os anos futuros, a regra 85/95 poderia provocar um rombo de R\$ 135 bilhões na Previdência em 2030, por ignorar o processo de envelhecimento acelerado da população e o aumento crescente da expectativa de vida.

Durante a tramitação na Câmara, foi incorporada a “desaposentação”, pela qual é feito um recálculo da aposentadoria para a pessoa que continuou a trabalhar depois de se aposentar.

A desaposentação poderá ocorrer depois de o aposentado contribuir por mais 60 meses com o INSS em seu outro emprego. Após esse prazo, ele poderá pedir o recálculo da aposentadoria levando em consideração as contribuições que continuou a fazer, aumen-

tando o benefício.

Desde 2003, o Supremo Tribunal Federal (STF) está com o julgamento parado de um recurso sobre o tema.

Pela MP, a pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data da morte, quando requerida até 90 dias depois da ocorrência.

São considerados beneficiários, como dependentes do segurado, o cônjuge; o cônjuge divorciado ou separado que receba pensão estabelecida judicialmente; o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar. Também o filho que seja menor de 21 anos e o que seja inválido ou tiver deficiência física ou mental grave. Na mesma condição estão a mãe, o pai e o irmão que comprovem dependência econômica do segurado.

Servidores

O texto prevê ainda que servidores que ingressem no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar serão automaticamente inscritos no respectivo plano de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

A regra vale para titulares de cargo efetivo da União, autarquias e fundações, inclusive os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. O servidor incluído no regime complementar poderá requerer, a qualquer tempo, o cancelamento da inscrição.

Confirmados dinheiro para Fies e empréstimo para compra de caças

O Plenário do Senado aprovou ontem a liberação de crédito extraordinário no valor de R\$ 9,8 bilhões para o Ministério da Educação.

Pouco mais da metade dos recursos (R\$ 5,18 bilhões) atenderá despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A outra parte (R\$ 4,6 bilhões) vai para o Programa de Sustentação do Investimento — de estímulo à produção, à aquisição e à exportação de bens de capital e à inovação tecnológica.

A liberação consta do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 14/2015, decorrente da Medida Provisória 686/2015. A proposta vai agora para a sanção presidencial.

Da verba destinada ao Fies,

R\$ 4,2 bilhões vão custear contratos já existentes e assegurar a abertura de 61,5 mil novas vagas do programa no segundo semestre, R\$ 578,27 milhões serão usados para administração do fundo e R\$ 400 milhões vão para o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), que dispensa a exigência de fiador a estudantes de menor renda. No início do ano, foram firmados 252 mil novos financiamentos, com custo de R\$ 2,5 bilhões.

Há ainda a liberação de R\$ 35,82 milhões para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) para realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) por 500 mil alunos do ensino

superior.

O relator da matéria na comissão mista que analisou a MP, senador Benedito de Lira (PP-AL), explicou que o remanejamento orçamentário possibilitará a aplicação integral do Enade a mais de 500 mil estudantes, o cumprimento das obrigações do Fies e do Fgeduc decorrentes de renovação semestral e a contratação de novos financiamentos, além de evitar a paralisação do Programa de Sustentação do Investimento.

No projeto de lei de conversão, Benedito não mexeu no texto original da MP, apenas incluiu um inciso explicando a origem dos recursos do crédito extraordinário, decorrentes da anulação parcial de



Benedito de Lira, que foi o relator da MP que trata do Fies e dos aviões

dotações orçamentárias do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Aviões

A MP autoriza ainda a contratação de empréstimo externo para compra de 36

caças suecos Gripen NG para a Força Aérea Brasileira (FAB), dentro do Projeto FX-2.

De acordo com contrato fechado com o governo brasileiro, os suecos vão cobrar juros anuais de 2,19% no financiamento oferecido pela agência de promoção de exportações daquele país.

Em 2014, o valor acertado foi de aproximadamente US\$ 5,4 bilhões.

A primeira aeronave deverá ser entregue à Força Aérea Brasileira em 2019 e, a última, em 2024.

O contrato prevê a fabricação de 15 dos 36 caças no Brasil, incluindo oito aviões de dois lugares — modelo criado especialmente para a FAB.

Em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional, secretários de Fazenda cobram, em compensação por perdas com a mudança, criação de fundo constitucional

Estados apoiam unificação de alíquota do ICMS

SECRETÁRIOS DE FAZENDA manifestaram apoio à proposta do governo de unificar em 4% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), desde que acompanhada da criação de um fundo constitucional para compensar as perdas dos estados com a mudança tributária. Eles participaram de audiência pública ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), onde está o projeto que trata do assunto, o PRS 1/2013.

Para que o fundo se torne constitucional, é necessária a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição. Em vez de PEC, o governo encaminhou ao Congresso medida provisória que cria o Fundo de Compensação e Desenvolvimento Regional para os Estados e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, o que não garante a inclusão dos fundos na Constituição. Assim, a compensação seria estabelecida em lei ordinária.

Os secretários temem que se repita com esses fundos o que aconteceu com a Lei Kandir, instrumento criado pelo governo federal em 1996 para isentar de ICMS produtos e serviços exportados. Por falta de clareza nas regras, as perdas

dos estados exportadores, hoje avaliadas em R\$ 28 bilhões ao ano, são compensadas parcialmente, com apenas R\$ 3,6 bilhões anualmente.

— Há fundos que são meramente contábeis, que são contingenciados, e não conseguimos ter acesso — disse o secretário da Fazenda de Pernambuco, Márcio Stefanni Monteiro.

Para compensar a perda de receitas, os estados precisarão de pelo menos R\$ 296 bilhões ao longo de 20 anos, de acordo com o secretário-adjunto de Fazenda de Mato Grosso do Sul, Jader Julianelli. Uma das fontes de receita dos fundos seria a repatriação de recursos do exterior prevista no PL 2.960/2015.

— Isso depende de algo que é efêmero, etéreo: o projeto de repatriação, que não se sabe o valor — afirmou.

Os secretários defendem ainda o Projeto de Lei do Senado (PLS) 130/2014 — Complementar, que permite convalidar incentivos dos governadores para atrair investimentos no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários de Fazenda. Os dois projetos estão na Câmara.

De acordo com o secretário da Tributação do Rio Grande do Norte, André Horta Melo, existe hoje uma “obsessão com



Senadores da comissão recebem secretários de Fazenda e representantes do governo federal para avaliar o PRS 1/2013

o ICMS”, mas o problema tributário é mais profundo e exige uma divisão mais equilibrada das receitas:

— Se tivéssemos uma melhor redistribuição de tributos, nem precisaria falar em fundos porque, recompondo as receitas de forma sustentável, não precisaria de fundo, pelo menos de compensação.

Crise

Os senadores concordaram com os secretários. Simone Tebet (PMDB-MS) disse que o primeiro gesto do governo deveria ser retirar a MP 683/2015 e aceitar que os fundos sejam criados por emenda constitucional. Para ela, a repatriação de recursos do exterior não será suficiente para cobrir os fundos indefinidamente.

Ronaldo Caiado (DEM-

GO) tem a mesma opinião e cobrou indicação de fontes mais seguras de receitas para os fundos. Ele questionou a pressa do governo em aprovar o PRS 1/2013, que, a seu ver, prejudica os estados.

— Por que escolher o pior momento da economia brasileira para mudar e levar a crise nacional para os estados?

Presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS, (Cotepe), Marcelo Mello reforçou a posição do governo de garantir o andamento em conjunto do PRS 1/2013 e das propostas de criação dos fundos e de repatriação de recursos do exterior.

— Estamos em crise, mas a solução para o ICMS vem num sentido positivo para sair da crise. Não é só ICMS, mas é o principal imposto — disse.

Alíquotas interestaduais elevadas como as praticadas hoje na origem — de 7% nos estados ricos e de 12% nos pobres — deram margem à guerra fiscal. Muitos estados reduzem essas alíquotas para atrair investidores privados, com a geração de emprego e renda para a população. Os incentivos só podem ser legalmente concedidos se os representantes de todos os estados no Confaz estiverem de acordo. O que se pretende com o PRS 1/2013 é unificar a alíquota do ICMS em 4%.

No início da reunião, os senadores da CDR rejeitaram pedido da Presidência do Senado para que o PRS 1/2013 fosse remetido para a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que analisa a Agenda Brasil.

Senado aprova indicação para diretoria do Dnit

Com 47 votos favoráveis e 9 contrários, o Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de Fernando Fortes Melro Filho para o cargo de diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit). A aprovação será comunicada à Presidência da República.

Ele atua desde 2007 como superintendente regional do Dnit em Alagoas. Natural de Maceió, é formado em Engenharia Civil e já trabalhou na Companhia Energética de Alagoas, na qual foi gestor do Programa Luz para Todos e também diretor de Engenharia do órgão. Entre 1997 e 2003, foi sócio da empresa Taquary Engenharia Ltda., que executa obras de infraestrutura.

Pela manhã, com 12 votos favoráveis e 3 contrários, a Comissão de Infraestrutura (CI) já tinha analisado o nome de Melro Filho.

Em sabatina presidida por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), os senadores manifestaram preocupação com atrasos e interrupções de obras. Para Blairo Maggi (PR-MT) e



Melro Filho falou sobre a importância das parcerias público-privadas nas obras

Wellington Fagundes (PR-MT), o Dnit deveria substituir a forma de liberação de recursos, que segue ordem cronológica de execução dos projetos, por uma estratégia que priorize o potencial das obras em dinamizar a economia.

— É preciso priorizar obras que, com pouco investimento, trazem grande benefício ao país — opinou Blairo, ao citar duplicação de rodovias em Mato Grosso, as quais, quando concluídas, resultarão em avanço nas atividades do agronegócio.

Paulo Rocha (PT-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Valdir

Raupp (PMDB-RO) pediram urgência na liberação de verbas para obras iniciadas na Amazônia, em razão da proximidade do início da época de chuvas na região, que impõe a desaceleração ou mesmo interrupção dos trabalhos.

Dalírio Beber (PSDB-SC) manifestou preocupação com a redução do ritmo de obras em rodovias de Santa Catarina.

Em resposta a Ronaldo Caiado (DEM-GO), o indicado se disse favorável a políticas que incentivem a participação da iniciativa privada na infraestrutura, como as parcerias público-privadas (PPPs).

Comissões querem conhecer planos de Bendine para tirar Petrobras da crise

O presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, será convidado a explicar os planos para superar as dificuldades da estatal em audiência conjunta das Comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) em data a ser marcada.

A participação da CI foi proposta por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) em requerimento aprovado ontem. A participação da CAE, sugestão de Tasso Jereissati (PSDB-CE),

foi aprovada na comissão na terça-feira.

— É um convite para que o presidente possa explicar seu plano de trabalho e como pretende superar a atual conjuntura de real desvalorizado e preço do barril de petróleo a US\$ 50, para recuperar a capacidade de investimento da estatal — disse Ferraço, ao observar que uma das preocupações é em relação à capacidade da empresa de pagar as dívidas.

Votação sobre imposto nas operações interestaduais com energia é adiada

Pedido de vista coletiva adiou ontem a votação de proposta de emenda à Constituição (PEC 124/2011) que dá fim à proibição de incidência do ICMS sobre as operações interestaduais com energia elétrica. A PEC é de Acir Gurgacz (PDT-RO) e teve parecer favorável na forma do substitutivo de Blairo Maggi (PR-MT), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O adiamento foi pedido por Gleisi Hoffmann (PT-PR) logo após a leitura do relatório. A senadora pediu mais tempo para analisar o impacto da medida sobre a arrecadação.

O substitutivo não só exclui as operações interestaduais com energia elétrica da imunidade quanto ao ICMS, como também divide em partes iguais a receita gerada por essas operações entre os estados de origem e destino.

Falta de quórum impede decisão sobre vetos

Pela 2ª vez na semana, o Congresso não conseguiu votar os vetos presidenciais, entre eles o feito à proposta que reajusta em até 78,5% o salário dos servidores da Justiça

MAIS UMA VEZ, a sessão do Congresso Nacional foi encerrada sem a análise dos vetos presidenciais. Por falta de quórum na Câmara, o presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou o fim da reunião de ontem, tal como havia ocorrido no dia anterior.

Renan suspendeu os trabalhos quando havia 61 senadores (acima do número necessário), mas apenas 182 deputados federais no Plenário. Seriam necessários ao menos 257 deputados, que é abaixo do número da própria base de apoio do governo na Câmara.

Meia hora depois, o painel marcava 218 presenças e a sessão foi automaticamente encerrada.

Na pauta, estavam vetos presidenciais polêmicos. Se forem derrubados, eles causarão um grande impacto financeiro nas contas do governo. É o caso do veto que rejeita integralmente a proposta de aumento de até 78,56% para os servidores do Judiciário (VET 26).

O governo argumenta que a medida geraria efeito contrário ao atual esforço fiscal para tirar o país da crise econômica.



Deputados e senadores se reúnem para votar vetos: com poucos deputados, sessão foi cancelada

A estimativa é que o reajuste custaria aos cofres públicos R\$ 36,2 bilhões até 2019.

Vaias

A sessão foi marcada por embates entre governistas e oposicionistas. O deputado Hissa Abrahão (PPS-AM) afirmou que a reforma ministerial feita pela presidente Dilma Rousseff está se voltando contra o governo e tem gerado descrédito. Ele defendeu a derrubada do veto pelo fato de os servidores estarem há anos sem reajuste:

— São nove anos sem aumento. O

Judiciário não merece sofrer as consequências de uma política desastrosa.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), foi vaiado quando defendeu a manutenção do veto e perguntou quem pagaria a conta.

— Não é justo. Eles tiveram aumento negociado de 41% e agora querem 78%. Quem vai pagar a conta? Vamos tirar dinheiro do Minha Casa, Minha Vida, dos programas sociais? — indagou o líder.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), eximiu-se da responsabilidade pela ausência de quórum

por parte dos deputados e disse que é a favor do veto ao reajuste do Judiciário.

— Não posso me responsabilizar. Nem sempre a Câmara faz o que eu desejo. Às vezes os pensamentos coincidem. Sou a favor de manter os vetos. Como sou contra a criação de impostos, não poderia ser a favor de se criarem despesas. Sou contra derrubar o veto. Minha posição não mudou em nada — disse.

Foi a terceira tentativa frustrada de análise de vetos após a reforma ministerial.

Também estavam na pauta outros vetos polêmicos, como o que estende para todos os aposentados e pensionistas as regras de reajuste anual do salário mínimo. A previsão do governo é que essa medida gere um gasto de R\$ 11 bilhões nos próximos quatro anos.

A presidente da República também barrou a permissão para que professores descontem do Imposto de Renda gastos com a compra de livros. De acordo com o Ministério do Planejamento, a proposta provocaria uma perda de R\$ 4 bilhões na arrecadação do governo neste ano. Até 2019, o impacto seria de R\$ 16 bilhões.

PEC que cria Instituição Fiscal não terá urgência, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 83/2015, que cria a Instituição Fiscal Independente (IFI), deve continuar.

O substitutivo da proposta, de José Serra (PSDB-SP), foi rejeitado com 40 votos a favor e 19 contra na sessão do Senado de terça-feira. Eram necessários 49 votos para a aprovação.

A PEC original, de autoria de Renan e

que faz parte da Agenda Brasil, prevê a criação de um órgão com a atribuição de monitorar e avaliar a política fiscal do governo no âmbito do Congresso Nacional.

— É evidente que nós vamos ter, futuramente, que concluir essa votação, porque foi rejeitado o substitutivo. Mas quero, desde logo, declarar aos senadores que não haverá urgência para nós apreciarmos essa matéria no momento delicado da vida nacional

que nós estamos enfrentando.

Renan ressaltou que não é praxe do Legislativo a votação de uma PEC sem quórum relevante. Ele pediu desculpas aos senadores por ter se retirado antes do final da sessão da terça-feira para cumprir um compromisso oficial, mesmo garantindo a continuação da apreciação da proposta.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), o regime de urgência foi o que prejudicou a votação da PEC, em

razão de muitos senadores alegarem não conhecer o texto do substitutivo da proposta.

— Isso deve servir de lição para que a gente, ao discutir temas tão importantes, o faça até o pleno convencimento de todos os parlamentares. Obviamente que o presidente da Casa não tem responsabilidade sobre isso, mas muitas vezes os relatores querem que as coisas corram mais rapidamente do que deveriam — afirmou Humberto.

Capiberibe aponta sinais de uma crise de governança no Brasil

João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o governo federal, apesar das tentativas, não consegue formar uma maioria parlamentar, enquanto o Congresso não dá conta de se reunir para tomar decisões. Segundo o senador, esses são sinais claros de uma crise de governança.



Nem o governo nem a oposição, disse, apresentam soluções para a crise e o Parlamento está paralisado. Diante disso, propôs a união dos que estão distantes da briga pelo poder.

— Devemos fazer uma proposta clara para que a gente possa sair dessa crise de governança.

Dário Berger defende redução de despesas do Executivo federal

Dário Berger (PMDB-SC) defendeu o corte de despesas do governo. Para ele, a União tem que parar de gastar mais do que arrecada para poder aumentar o superávit primário. A consequência, disse, será a valorização do real e a retomada do desenvolvimento, com geração de



empregos.

— Acho que o Brasil de hoje pode ser comparado a um carro com rodas diferentes. Uma roda 16, outra roda 23, outra roda 18, outra roda 14. O carro consegue andar, porém sem velocidade, sem estabilidade e com muito menos eficiência — ponderou.

Lasier critica modelo atual de presidencialismo de coalizão

O país precisa repensar o atual sistema político de presidencialismo de coalizão, propôs Lasier Martins (PDT-RS). Para ele, a República vem sendo abalada por sucessivos erros e incontáveis casos de corrupção.

O senador avalia que o modelo político brasileiro é um dos responsáveis



pelos escândalos e sugeriu que a Comissão da Reforma Política discuta o tema.

— Uma administração que agora começa a adotar a intimidação como arma, como já houve o fisiologismo como instrumento e, durante os últimos anos, a corrupção como método.

Vanessa anuncia projeto que reduz salários dos parlamentares

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que já assinou, com Gleisi Hoffmann (PT-PR), José Pimentel (PT-CE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), projeto de resolução que reduz os salários dos senadores em 10%.

Ela disse que a medida é simbólica e visa mos-



trar à população que os senadores estão dispostos a contribuir para a redução dos gastos públicos.

Vanessa disse que o salário é sua única fonte de renda e que o desconto será sentido. Observou, porém, que a população também vem sofrendo com o aumento dos preços.

Para Pinheiro, pacto federativo é essencial para crescimento

Walter Pinheiro (PT-BA) disse que remodelar o pacto federativo é essencial para que os estados obtenham novos investimentos.

Para ele, não há mais espaço para a guerra fiscal e, sem mudanças no pacto federativo, os estados não atrairão empresas. Como consequência,



alertou, haverá desemprego e quebra de empresas.

O senador observou que o Congresso estuda propostas que ajudarão a criar um ambiente favorável aos estados, como a medida provisória que cria os fundos necessários à unificação do ICMS, que é estadual.

Ana Amélia pede renegociação das dívidas das santas casas

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o Congresso precisa aprovar uma lei para alongar o prazo de pagamento das linhas especiais de financiamento do BNDES:

— Isso é necessário para ajudar as santas casas, que enfrentam a mais grave crise financeira de sua história.



Ana Amélia contou que um grupo de senadores se reuniu na terça com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Segundo ela, Coutinho sinalizou com a possibilidade de ampliação da carência dos empréstimos e da redução dos juros cobrados das santas casas.

Senadores afirmam que não há evidências para justificar requerimentos de quebra de sigilo de organizações que venderam imóveis à CBF

Pedidos de investigação de empresas causam polêmica na CPI do Futebol

A CPI DO Futebol reuniu-se ontem para avaliar novos requerimentos que auxiliem as investigações sobre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A solicitação de quebra de sigilo bancário de algumas empresas, suspeitas de superfaturamento na venda de imóveis para a CBF, provocou discussão entre os integrantes.

O presidente da CPI, senador Romário (PSB-RJ), colocou em votação quatro requerimentos de autoria dele que exigem as informações fiscais das empresas Zayd Loteamentos e D'Araújo Incorporação e de seus administradores. Elas foram citadas em reportagens e, segundo Romário, não se defenderam das acusações.

João Alberto Souza (PMDB-MA) não concordou com os requerimentos e disse que não seria adequado a CPI colocar as empresas na mira sem evidência concreta de malfeitos.

— Eu não sei nada a respeito dessas empresas. Na hora que aprovamos esse requerimento, vamos expô-las à opinião pública. O que tem de real contra elas? — indagou o senador.

João Alberto também alegou que não teria recebido os requerimentos com antecedência e, portanto, não tinha conhecimento do que seria votado. Romário garantiu que a comissão distribuiu a pauta já na segunda-feira. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lembrou que a pauta de votações é pública e pode ser acessada por qualquer um.

Omar Aziz (PSD-AM) também fez ressalvas aos pedidos de quebra de sigilo das empresas e de seus responsáveis. Ele recordou que uma das primeiras ações da CPI foi se informar do andamento de quaisquer ações judiciais ou



Na audiência presidida por Romário (C), Roma Júnior e Aidar elogiaram programa de modernização do futebol brasileiro

investigativas contra a CBF por meio de encontro com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello. Na ocasião, disse Omar, o andamento das ações ainda era inconclusivo. Para ele, é preciso atualizar as informações antes de intimar as empresas envolvidas:

— Não somos polícia para investigar. Precisamos saber da Polícia Federal e do Ministério Público o que tem de concreto sendo investigado. Nós temos prazo e temos que definir o que queremos desta CPI.

Omar pediu ainda que a CPI dê preferência a ouvir dirigentes de clubes e federações, “que são quem faz o futebol”. Ele reclamou da ausência de presidentes de clubes convidados para audiências e disse que o ideal seria fazer convocações, que têm caráter obrigatório.

Dois requerimentos foram aprovados nesse sentido, intimando como testemunhas os presidentes das 27 federações estaduais e os presidentes dos 20 clubes da Série A do Campeonato Brasileiro.

A CPI aprovou também pedido de quebra do sigilo bancário do presidente da CBF,

Marco Polo Del Nero, referente a 2013. Em agosto, já haviam sido solicitadas as informações fiscais dos últimos dois anos. Outro requerimento convida para audiência o ex-presidente do Atlético Mineiro Alexandre Kalil, que hoje preside a Liga Sul-Minas-Rio.

Audiência

Na reunião, foram ouvidos os presidentes do Santos, Modesto Roma Júnior, e do São Paulo, Carlos Miguel Aidar. Eles elogiaram a lei que criou o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut) e defenderam a melhoria da gestão do futebol.

O Profut é um programa de refinanciamento de dívidas dos clubes de futebol no qual as agremiações podem se inscrever mediante adoção de práticas de responsabilidade fiscal e administrativa. Aidar disse que a ferramenta é boa, mas que os clubes precisam ter seriedade no cumprimento de obrigações.

— Os clubes estão literalmente falidos, pela irresponsabilidade de seus gestores, que se endividam por conquistas e deixam a conta para o sucessor. O refinanciamento é bom, mas

se os clubes não se comprometerem, em breve a situação voltará a ser igual — alertou.

Roma Júnior disse que os problemas financeiros do futebol brasileiro não serão solucionados em menos de uma década e defendeu a profissionalização dos dirigentes para gestões mais eficientes.

— A visão que se tem do dirigente é que somos ladrões e desonestos. Isso está longe de ser verdade. O que vejo são pessoas se sacrificando para dedicar seu tempo ao futebol. Os presidentes devem passar a ter remuneração.

Ele também fez críticas à atuação dos empresários de jogadores, a quem chamou de “aliciadores” e “escravizados” que “cafetinam o futebol brasileiro”. Já Aidar sugeriu que os clubes passem a se organizar na forma de empresas.

Romário quis saber dos presidentes se a CBF havia feito pressão para que não comparecessem à CPI. Ambos negaram. O senador perguntou também se os clubes do país recebem dinheiro da confederação. Os dirigentes explicaram que patrocinadores da CBF pagam viagens e hospedagem das equipes durante os campeonatos nacionais.

Maranhão quer transposição de rio concluída

Boa parte da população da Paraíba vai ter que se mudar das cidades onde vive por causa da falta d'água. O alerta foi feito ontem por José Maranhão (PMDB-PB).

A solução, segundo o senador, é a conclusão das obras do eixo leste da transposição do Rio São Francisco. No entanto, José Maranhão foi informado que isso só acontecerá ao final de 2017.

— Não vejo outra solução senão a agilização do processo da transposição. A Paraíba precisa da transposição do São Francisco não como um recurso econômico, mas como um recurso humano.

Ferraço: Petrobras deve ser obrigada a fazer licitações

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) se mostrou indignado com a informação de que a Petrobras contratou sem licitação três escritórios de advocacia no valor de R\$ 200 milhões, apesar de, segundo ele, 700 advogados trabalharem na estatal.

Para o senador, esse fato reforça a necessidade de aprovação do projeto de autoria dele (PDS 197/2014) que revoga o decreto que deu à Petrobras o direito de fazer compras sem licitação.

Ferraço disse que o objetivo era flexibilizar a aquisição de bens e serviços, mas apenas em casos excepcionais. Só que a empresa passou a adotar a medida como regra.

Petecão pede que tropas levem paz a Rio Branco

Sérgio Petecão (PSD-AC) lamentou o aumento da violência nos últimos dias em Rio Branco. Segundo o senador, vários ônibus e carros foram incendiados nos últimos dias.

Ele disse que a situação gerou um clima de insegurança na cidade, o que o levou a pedir apoio federal para o estado.

— A situação não está normal. Então, fica o meu apelo ao governo federal para que envie tropas, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal para trazerem de volta a tranquilidade que sempre reinou em nosso estado.

Comissão aprova regulamentação do direito de greve do servidor público

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto de lei que regulamenta o direito de greve de servidores públicos. O PLS 287/2013 prevê que a participação em greve não desabona o servidor em avaliações de desempenho que envolvem a produtividade. O texto segue às Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

Apesar de previsto na Constituição, o direito de greve de servidores públicos ainda não tem regulamentação, o que leva a decisões diversas da Justiça sobre o tema. A proposta aprovada na CDH teve origem

no próprio colegiado, a partir de uma sugestão do Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado. As regras se aplicam a servidores públicos da administração direta e de autarquias e fundações da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

O texto estabelece o instrumento das mesas de negociação com representantes da administração pública e dos servidores. Também define que é competência da Justiça do Trabalho o julgamento de dissídios e ações sobre greves decorrentes da aplicação da lei. O PLS 287/2013 veda a realização de movimento

grevista armado e proíbe as paralisações de militares das Forças Armadas.

Já as faltas poderão ser negociadas a qualquer tempo, sob pena de os dias parados serem descontados, com cobrança de até 10% da remuneração mensal do servidor.

Segundo o relator do projeto, Paulo Paim (PT-RS), há uma lacuna nas normas legais que precisa ser preenchida com a regulamentação de princípios básicos que devem ser considerados nas decisões judiciais:

— Tal estado tende a gerar critérios heterogêneos e fragmentados aplicados hoje por um magistrado e negado

amanhã por outro. Isso não é obrigatoriamente indesejável, mas reflete a ausência de princípio normativo geral.

A proposta assegura a participação de trabalhadores no movimento grevista sem ônus e define que, durante a greve, as unidades devem continuar prestando serviços com no mínimo 30% dos servidores.

Paim votou ainda pela rejeição do PLS 710/2011, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que limita a contagem do tempo de paralisação como de efetivo serviço e exige manutenção em atividade de 50% a 80% do total de servidores, de acordo com a atividade.



O senador Edison Lobão conduz a reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou benefício para servidor público

Servidor com doença grave pode ficar isento de imposto

Segundo proposta aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, isenção do Imposto de Renda valerá para funcionário público que esteja licenciado do trabalho e receba salário de até R\$ 4,6 mil, o teto do INSS

UMA PROPOSTA APROVADA ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) isenta do Imposto de Renda (IR) a remuneração de servidor público licenciado para tratamento de doenças graves. O PLS 478/2013, de Fernando Collor (PTB-AL), vai agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), entretanto, impôs uma limitação ao propor emenda restringindo o benefício aos servidores cujos salários não ultrapassem o teto do Regime Geral de Previdência Social, que atualmente é de R\$ 4.663,75.

As doenças graves que permitem a licença e que possibilitariam a isenção do IR, caso o projeto vire lei, são as listadas nas Leis 7.713/1988 e 9.250/1995: aids, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna (câncer), cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, fibrose cística e moléstias profissionais.

Ao justificar o projeto, Collor

afirma que “o servidor público em atividade, quando acometido por doenças graves, como o câncer, se licencia recebendo remuneração integral; mas, diferentemente do que ocorre com as parcelas discriminadas na Lei 8.541/1992, seus rendimentos não escapam à incidência do IRPF”.

A lei citada por Collor estabelece isenção do IR para seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente pagos pela previdência oficial da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e pelas entidades de previdência privada.



Texto aprovado obriga empregado a declarar gorjeta recebida espontaneamente

Avançam regras para rateio de gorjeta em bares e restaurantes

Taxas de serviço cobradas de clientes de bares, restaurantes, hotéis e motéis e gorjetas dadas espontaneamente pelos consumidores deverão ser obrigatoriamente repassadas aos empregados, conforme critério de rateio definido em acordo coletivo de trabalho ou assembleia dos trabalhadores. É o que determina substitutivo de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 57/2010, aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo o relator, o texto visa pacificar conflito recorrente entre patrões e empregados, que motiva mais da metade das demandas trabalhistas do setor.

Do valor total das gorjetas recebidas como taxa de serviço, empresas inscritas no Simples Nacional poderão reter até 20% para custear encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, cobrados sobre o montante repassado aos empregados. Para as demais empresas, o substitutivo permite a retenção de até 33% da arrecadação da taxa cobrada. No caso de gorjeta espontânea, o texto obriga o empregado a declarar o valor recebido e também autoriza a retenção para cobrir encargos. A matéria vai às Comissões de Meio Ambiente (CMA); de Desenvolvimento Regional (CDR) e de Assuntos Sociais (CAS), nesta para decisão final.

Texto permite a cooperativa propor ações coletivas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a discussão de projeto de lei que permite às cooperativas representarem os associados em ações judiciais coletivas (PLS 93/2013). A proposta é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) fez um pedido de vista depois da leitura do relatório favorável de Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Valadares disse ser necessário incluir a medida em lei para que as cooperativas possam exercer essa função. Uma emenda oferecida por Gleisi restringe a iniciativa a causas ligadas aos interesses coletivos dos associados e a operações de mercado das cooperativas, que terão de inserir a possibilidade de representação judicial em seus estatutos.

Segundo o projeto, caso a ação aberta pela cooperativa seja bem-sucedida, os próprios associados poderão demandar, individualmente, reclamações judiciais posteriores com o mesmo objetivo.

O projeto deve voltar à pauta da CCJ na próxima semana.

Projeto facilita férias conjuntas a membros da mesma família

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que pretende facilitar a unificação das férias dos membros de uma família que sejam empregados no mesmo local. O substitutivo ao PLS 552/2011 é terminativo na comissão, mas precisa passar por turno suplementar.

Segundo o autor, Marcelo Crivella (PRB-RJ), apesar de a fixação das férias ser uma prerrogativa do empregador, ele não pode ignorar as possibilidades de repouso e lazer ao alcance do trabalhador e, no caso em questão, de membros de uma mesma família.

— A proposição busca valorizar a família, especialmente nos momentos de férias, o que é salutar e desejável por todos — argumentou.

O relator, Edison Lobão (PMDB-MA), lembra que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já prevê a possibilidade das férias conjuntas, mas o empregador pode negá-las. Esse ato, no entanto, não pode ser

“solitário e arbitrário” e deve buscar atender, sempre que possível, as necessidades do trabalhador.

Por isso, o projeto acrescenta, para o caso de negativa, que o empregador precisará fundamentar a decisão e dar ciência por escrito aos interessados, em paridade com a formalidade exigida pela CLT para a comunicação de férias ao empregado.

A matéria também passa a prever na lei a garantia aos empregados de empresas distintas o mesmo direito a férias concomitantes, se não houver prejuízo às empresas.

O texto se tornou um substitutivo para sanar impasse criado na comissão anterior, de Assuntos Econômicos (CAE), que revogava item da lei em vigor involuntariamente. Mas mantém basicamente a estrutura proposta por Crivella.

Também foram aprovados pela CAS vários requerimentos para a realização de audiências públicas.

Proposta quer deduzir no IR academia e personal trainer

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do ex-senador Eduardo Lopes que amplia o rol de despesas passíveis de dedução da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. Pelo texto, gastos com nutricionista, profissional de educação física e clínicas ou academias de atividades físicas poderão ser listados na declaração. A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão final.

O PLS 112/2012 foi aprovado com modificações do relator, Romário (PSB-RJ), que retirou do texto a obrigatoriedade de o gasto com educador físico e com academia ser recomendação médica.

Hoje as deduções abrangem despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, hospitais, exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias. Ao justificar o projeto, o autor argumenta que as questões relativas à nutrição, que vão de desnutrição a obesidade mórbida, “estão se tornando um dos maiores problemas de saúde pública do Brasil”.

Para Lopes, a medida trará avanços ao abrigar na política tributária a nutrição e o exercício físico como parte do tratamento médico.

Pela proposta, as despesas com as atividades físicas passam a ser permitidas, desde que respeitem o teto do mesmo valor que o limite máximo de gastos com instrução. Na declaração de 2015, foi de R\$ 3.375,83 por pessoa.

Romário deixou claro que não haverá soma das duas despesas para a aplicação de um teto único, mas, sim, um teto semelhante para cada modalidade de gasto. “O patamar para a dedução dos gastos com educação já é ínfimo em comparação com os reais dispêndios das famílias”, diz.

Romário apresentou emenda para substituir o termo “professor de educação física”, da proposta original, por “profissional de educação física”. E, em vez de “academias de ginástica”, propôs “clínicas ou academias de atividades físicas”. Segundo ele, hoje existem inúmeras modalidades de atividade física que não se classificam como ginástica, mas que também trazem benefícios de emagrecimento e condicionamento físico, como danças, lutas marciais, técnicas de reeducação postural e ioga.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que o projeto, embora seja essencial para estimular a prática desportiva, deve sofrer restrições por parte do Ministério da Fazenda, já que abre mão de receita.

Ensino integral melhora educação, aponta debate

Especialistas que participaram de audiência ontem sobre o Mais Educação defenderam o programa federal, que sofre com falta de verbas e tem tido a eficácia contestada

O ENSINO EM tempo integral tem impacto positivo não apenas sobre os alunos beneficiados, mas sobre as famílias e as comunidades onde vivem, segundo estudos apresentados durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação e Cultura (CE).

Os participantes da audiência fizeram uma avaliação do Programa Mais Educação, lançado pelo governo federal em 2007 e que busca ampliar a oferta do ensino em tempo integral em todo o país. No programa, as escolas participantes oferecem atividades complementares no contraturno, estendendo o tempo de permanência do aluno.

A média brasileira de permanência diária de crianças e adolescentes na sala de aula gira em torno de quatro horas e meia. Nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média já atingiu sete horas.

Jaqueline Moll, doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e gestora do programa até 2013, trouxe levantamentos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) segundo os quais as notas de português e matemática dos estudantes das escolas participantes do programa melhoraram. Por isso, a educadora criticou fortemente o Banco Mundial, que num estudo teria chegado



Mais Educação em debate: programa é uma das políticas públicas avaliadas pela comissão em 2015

à conclusão de que o ensino em tempo integral não estaria dando certo no Brasil. A instituição recomenda que o Mais Educação seja trocado por aulas de reforço em português e matemática.

— É preciso questionar a metodologia que eles usaram. Temo que o programa agonize — alertou, fazendo referência também aos atrasos nos repasses do governo federal às instituições.

O representante do Ministério da Educação, Leandro da Costa Fialho, garantiu à vice-presidente da comissão, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que a pasta já tem um plano de regularização dos repasses e que o novo ministro da

Educação, Aloizio Mercadante, prioriza a política de ensino em tempo integral.

Fialho adiantou que serão abertas novas inscrições para mais escolas aderirem ao Mais Educação a partir do próximo ano letivo. Ele reiterou que todas as pesquisas no âmbito do ministério também mostram que o ensino em tempo integral melhora o desempenho dos estudantes.

Meta para 2024

O representante do MEC pediu o apoio dos senadores para que os repasses do Mais Educação passem a ser automáticos, assim como para que

a pasta não sofra com mais cortes. A demanda teve o apoio dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Lasier Martins (PDT-RS), Regina Sousa (PT-PI) e Fátima Bezerra, que presidia a reunião.

A meta do Plano Nacional da Educação (PNE) é que 50% das escolas e 25% dos estudantes da rede de educação básica pública já estejam nos dois turnos em 2024. Porém, Fátima citou dados atuais segundo os quais só 9,8% dos estudantes nas redes estaduais e 13,9% nas municipais vivem essa realidade hoje.

Fialho entende que esse modelo é fundamental para que o país supere desigualdades.

— Os filhos de um determinado nível de classe média pra cima sempre tiveram educação integral, por meio de atividades complementares. É isso que deve ser massificado — defendeu.

Também participaram da audiência Sueli Baliza, secretária de Educação de Belo Horizonte; Anderson George, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; e Natacha Costa, diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz.

Todos citaram inúmeras experiências locais bem-sucedidas na área, envolvendo esportes e lazer, atividades culturais e direitos humanos, além de noções básicas de orçamento familiar, entre outras.

Porte de arma restrita pode ser considerado crime hediondo

A posse e o porte ilegal de arma de fogo de uso restrito poderão passar a figurar no rol de crimes hediondos. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 230/2014, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Como foi aprovada em decisão terminativa, a proposta poderá ser enviada diretamente ao exame da Câmara dos Deputados.

O texto aprovado pela comissão foi o apresentado pelo relator, Edison Lobão (PMDB-MA), que limita o tratamento mais rigoroso a quem utiliza arma de fogo de uso restrito quando comete crimes.

De Marcelo Crivella (PRB-RJ), o texto original do projeto também considera como hediondo o comércio ilegal e o tráfico internacional de arma de fogo, mas essa classificação foi retirada do texto acolhido.

O autor da proposta argumenta que a “a avassaladora onda de criminali-

dade que vitima a sociedade brasileira” motivou-o a apresentar a ideia. Com base no *Mapa da Violência 2013 — mortes matadas por armas de fogo*, divulgado em março passado, Crivella disse que foram assassinadas a tiros 38.892 pessoas em 2010, cerca de 106 por dia.

O número é superior aos 36.624 assassinatos por armas de fogo registrados em 2009 e mantém o Brasil com uma taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes — a oitava pior marca entre 100 nações com estatísticas consideradas confiáveis.

Crivella ainda argumentou que 70% dos homicídios no país são cometidos com armas de fogo. Ele acrescentou que era ilegal quase metade dos 16 milhões de armas que circulavam no Brasil na época do estudo. Para o senador, a proposta poderia amenizar a situação da criminalidade, que vem “atingindo patamares nunca antes experimentados no país”.

Apesar de classificar a solução proposta como “sedutora”, o relator do projeto ponderou que a adoção de penas mais severas como efeito inibidor é “muito discutível”. Edison Lobão propôs, então, que apenas os crimes que envolvam a utilização de armas de fogo de uso restrito, ou seja, aquelas reservadas aos agentes de segurança pública e Forças Armadas, sejam incluídos no rol dos crimes hediondos.

O crime considerado hediondo recebe tratamento mais rigoroso na lei. Assim como a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e o terrorismo, os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça e indulto. A pena por crime hediondo é sempre cumprida inicialmente em regime fechado. Há também mais rigor na progressão da pena, quando o condenado pode passar, por exemplo, a trabalhar fora da cadeia ou a cumprir prisão domiciliar.

Viana: violência não vai tomar conta do Acre

Jorge Viana (PT-AC) disse que não será implantado no Acre o clima de terror que querem os que atuam no submundo do crime. O senador informou que na segunda e na terça bandidos incendiaram cinco ônibus e deixaram em pânico a população.

No entanto, Viana considera que, além da reação do governo com as polícias, é preciso que o Congresso Nacional faça a sua parte, votando leis mais modernas na repressão ao crime:

— Por que que nós não votamos o novo Código Penal, a parte que trata da atualização da legislação para enfrentamento da criminalidade? Será que 52 mil homicídios por ano são pouco? Quarenta mil mortes no trânsito? Ouso dizer que boa parte deles são assassinatos. Não tem guerra que mate tanto como a violência no nosso país.



Waldemir Borreto/Agência Senado

De acordo com debatedores, seca ameaça produtores rurais do Vale do São Francisco

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas discutiu ontem a crise hídrica na Bacia do Rio São Francisco, que ameaça produtores rurais que dependem de água de barragens da região.

Segundo os participantes da audiência, a seca está prejudicando os projetos de irrigação e ameaçando a economia da região. O Vale do São Francisco responde por 90% das exportações de manga e uva de mesa.

Segundo Luís Casado, diretor da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), só o Distrito de Irrigação Nilo Coelho, em Petrolina (PE), gera 60 mil empregos.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), presidente da comissão, enumerou medidas do governo para amenizar a crise na Bacia do São Francisco.

Uma articulação da Casa

Civil com a Codevasf, a Agência Nacional de Águas e o Operador Nacional do Sistema Elétrico aumentou a vazão da Barragem de Três Marias, em Minas Gerais, para 500 metros cúbicos por segundo. Segundo o senador, poderiam ser de 600 metros cúbicos, o que garantiria o abastecimento até novembro, quando as obras da Barragem de Sobradinho, na Bahia, devem ser finalizadas.



Fernando Bezerra Coelho (C) conduz audiência sobre crise hídrica no Nordeste

Marcos Oliveira/Agência Senado

Proposta que visa garantir o fornecimento da Chesf e de Furnas, nas próximas décadas, para empresas classificadas como grandes consumidoras vai a sanção presidencial

Aprovada prorrogação de contratos de energia

A COMPANHIA HIDROELÉTRICA do São Francisco (Chesf) e a Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), subsidiárias da Eletrobras, poderão participar do Fundo de Energia do Nordeste e do Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente. Elas também terão prorrogados os contratos com grandes consumidores de energia até 2037, no caso da Chesf, e 2035, no de Furnas. Projeto com essas determinações foi aprovado ontem pelo Plenário e segue para sanção presidencial.

Os dois fundos criados pela proposta — PLV 16/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 677/2015 — têm o objetivo de captar recursos para empreendimentos de energia elétrica na intenção de ampliar a oferta e equilibrar o preço da tarifa nas próximas décadas.

Os contratos da Chesf que serão prorrogados foram celebrados na década de 1970 e venceriam em 30 de junho. Com a MP, valerão até 8 de fevereiro de 2037. A medida evita que as indústrias eletrointensivas tenham de comprar energia no mercado livre, com preços superiores.

Como explicou o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), a MP resolve o problema do preço da energia para as indústrias. Estimativas



Energia responde por até 40% dos custos das empresas que serão beneficiadas com o projeto aprovado pelo Plenário

apontam que essas empresas geram mais de 145 mil empregos diretos e indiretos e uma receita de R\$ 16 bilhões nas cadeias produtivas. Até 40% dos custos das empresas são compostos pela energia.

Com a prorrogação, o montante de energia disponível para contratação será reduzido em 25%. Além da redução imediata, a partir de 2032 haverá redução uniforme de um sexto por ano até 2037, quando acabam os contratos.

Para garantir fluxo de caixa da Chesf, devido à impossibilidade de negociar essa energia no mercado livre a preços maiores, a MP prevê reajustes já a partir de 1º de julho de 2015. A tarifa paga pelas empresas

deve ser atualizada pelo índice previsto nos contratos até 30 de junho e, depois, aumentada em 22,5%.

A partir de julho de 2016, o reajuste anual será por um índice baseado na inflação: 70% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos 12 meses anteriores ao reajuste e 30% da expectativa do IPCA para os 12 meses seguintes.

Furnas

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), destacou o fato de que emendas ao projeto estenderam os benefícios a Minas Gerais e a estados do Centro-Oeste.

O relatório do senador Eu-

nício Oliveira (PMDB-CE) prorrogou contratos de grandes consumidores com Furnas. As empresas poderão celebrar, de 1º de janeiro de 2016 até 26 de fevereiro de 2035, contratos para a compra direta de energia. A aquisição deverá se dar por meio de leilões fechados com lance mínimo definido pelo preço médio da energia acrescido de correção monetária.

A regra de reajuste das tarifas de Furnas será igual à da Chesf, assim como a redução anual de um sexto da energia contratada, mas de 2030 a 2035.

O texto aprovado ontem também isenta os consumidores de energia atendidos pelos sistemas isolados do

pagamento do adicional de bandeiras tarifárias. Esses sistemas ficam no Norte e têm quase a totalidade da energia obtida com termelétricas.

Celg

O projeto autorizou ainda a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a repactuar dívidas em dólar de distribuidoras em processo de liquidação, convertendo-as para real, com aplicação da taxa Selic. A data da conversão é 1º de janeiro de 2015. A medida, que afeta principalmente a Companhia Energética de Goiás (Celg), provocou discussão.

Contrário à proposta, que acusou de ser um preparativo para a privatização da Celg, Ronaldo Caiado (DEM-GO) pediu votação em separado do trecho, mas o item foi aprovado por maioria em Plenário. Ele afirmou que, convertida de dólar para real, a dívida da Celg cairá em R\$ 400 milhões, que não seriam repassados ao comprador da empresa. A diferença acabaria absorvida pelo estado e coberta pela população, com impostos.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a medida, esclarecendo que a inclusão na MP foi feita a pedido da bancada do estado e que a empresa precisa trocar a dívida de dólar para real, ou não sobreviverá.

Avançam projetos que beneficiam saúde pública e microempresas

AGENDA BRASIL

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou ontem três projetos da Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para incentivar a retomada do crescimento econômico.

Uma das propostas aprovadas foi o PLS 336/2013, relatado por Paulo Bauer (PSDB-SC), que autoriza a criação de um fundo de aval para suprir garantias exigidas pelas instituições financeiras em empréstimos concedidos a micros, pequenas e médias empresas.

De acordo com o texto, do ex-senador Vital do Rêgo, o fundo InovaMPes será exclusivo para avaliar o financiamento de novos produtos, processos e serviços ou o aprimoramento dos já existentes. O texto prevê como beneficiários micros, pequenas e médias empresas com receita operacional bruta anual de até R\$ 90 milhões, empresários e empreendedores individuais. O InovaMPes poderá ser alimentado com recursos da União, doações de entidades públicas e privadas,



O presidente da comissão, Otto Alencar, e o relator, Blairo Maggi, na reunião em que aprovaram 3 textos da Agenda Brasil

nacionais e internacionais, doações de pessoas físicas e rendimentos de aplicações financeiras.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) posicionou-se contra a proposta, por se tratar de um “texto autorizativo”. Ela apontou que muitos projetos “autorizam o Executivo”, mas nem por isso as medidas são implementadas. Apesar da crítica, o projeto foi aprovado e vai para a Câmara.

Saúde

Projetos que destinam mais recursos para a saúde tiveram destaque. Uma das propostas aprovadas foi o PLS 52/2015, que aumenta

de 45% para 60% o percentual de transferência dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) destinado ao Fundo Nacional de Saúde.

Segundo Otto Alencar (PSD-BA), autor do projeto e presidente da comissão, é evidente a necessidade de fontes adicionais de recursos para financiar a saúde. Ao repassar mais recursos ao SUS para o atendimento médico-hospitalar dos acidentados, argumentou o senador, haverá um incremento na qualidade dos serviços:

— A medida pode signifi-

car de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão a mais por ano para o Fundo Nacional de Saúde.

O relator, Raimundo Lira (PMDB-PB), informou que o valor do seguro poderá aumentar, restando ao contribuinte arcar com a elevação. Apesar do alerta, Lira se mostrou favorável ao projeto, que agora vai para a Câmara.

A comissão ainda aprovou o PLS 147/2015, também de Otto, que estabelece a vinculação de impostos federais (impostos de importação e exportação e IPI) sobre medicamentos, derivados de tabaco e a renda dos fabricantes desses produtos ao Fundo

Nacional de Saúde.

O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), elogiou o projeto ao apontar que “nada mais justo” que esses impostos destinem-se, exclusivamente, a financiar ações que contribuam para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Ele apontou que o maior provedor de medicamentos às famílias de menor renda é o SUS. Segundo o senador, as despesas com as compras diretas de medicamentos pelo Ministério da Saúde cresceram, em termos nominais, 53% entre 2011 e 2014.

— A matéria busca criar fontes de recursos financeiros perenes à cobertura dos gastos com a saúde — disse o relator.

Gleisi Hoffmann chegou a questionar a constitucionalidade do projeto e a apresentar um voto em separado. A senadora, porém, retirou o voto após entendimento com o autor da matéria. Otto informou que a medida pode representar mais R\$ 20 bilhões anuais para o setor. A proposta vai para a Câmara dos Deputados.



Mombelli (D), da Receita, participa de audiência, ao lado do senador Humberto Costa e do deputado Celso Maldaner

Receita defende MP que eleva imposto de bebidas

Coordenador do Fisco também afirmou em audiência pública que Lei do Bem, que concedeu isenções a computadores e celulares nacionais, já cumpriu sua missão e deve ser revogada pelo Congresso

O COORDENADOR-GERAL DE Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli, defendeu ontem a Medida Provisória 690/2015, em audiência da comissão mista que analisa. A MP modifica a tributação das chamadas bebidas quentes, como cachaça, vinho, uísque e vodca, e acaba com a isenção do PIS-Pasep e da Cofins para produtos eletrônicos pela Lei do Bem (Lei 11.196/2005), como computadores, tablets e smartphones.

O objetivo das mudanças é elevar a arrecadação federal. No total, o governo estima arrecadar R\$ 8,32 bilhões em 2016.

A MP 690 revoga a partir de dezembro os artigos da Lei do Bem que isentam os produtos de informática do pagamento da contribuição ao PIS-Pasep e da Cofins nas vendas do varejo. O estímulo, que vigoraria até 2018, fez parte do Programa de Inclusão Digital, criado para ampliar a produção nacional de equipamentos de informática.

Para Mombelli, a isenção prevista na Lei do Bem, iniciada em 2005, deveria ser revogada:

— O programa já cumpriu suas finalidades de fomento da produção nacional e não há mais necessidade de manter esse benefício.

O deputado Bilac Pinto (PR-MG) se disse preocupado que a medida gere o efeito inverso: diminuição de arrecadação pela queda nas vendas com a alta no preço dos produtos beneficiados com a Lei do Bem.

— O esfriamento da Lei do Bem vai reduzir a arrecadação

em R\$ 10 bilhões. Vai haver redução de vendas, com diminuição de arrecadação e demissão nesse segmento.

Humberto Costa (PT-PE), relator na comissão, disse que estuda uma solução para não impactar tanto o setor de eletrônicos e informática e, ao mesmo tempo, garantir a receita esperada pelo governo, estimada em R\$ 6,7 bilhões, só com a Lei do Bem.

— Queremos chegar ao resultado que o governo pretende, mas talvez dividir o peso com outros segmentos.

O presidente da comissão, deputado Celso Maldaner (PMDB-SC), também defendeu uma solução para não inviabilizar nenhum setor econômico.

Mombelli disse que esse tipo de alteração precisa partir do Legislativo:

— A eventual substituição de um tipo de tributação por outro está a cargo do Congresso.

Ele defendeu a alteração do cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre as bebidas quentes. Pelo texto, o IPI passará a ser calculado com uma alíquota sobre o valor do produto (alíquota *ad valorem*). Atualmente essas bebidas pagam de IPI um valor fixo por determinada quantidade produzida (alíquota *ad rem*).

Por exemplo, o vinho nacional pagava de IPI R\$ 0,73 por garrafa. Com a MP, serão cobrados 10% sobre o valor do produto na saída da indústria. Com isso, uma bebida de R\$ 50 deixa de pagar R\$ 0,73 de

imposto e passa a pagar R\$ 5.

— A última atualização dessa tabela foi em 2008. Quando não se faz atualização da tabela, há uma diminuição do valor ano a ano — disse Mombelli, em relação à tabela de incidência do IPI.

Ele explicou que as alíquotas vão variar de 10% a 30%, dependendo do tipo de bebida. Os percentuais foram definidos em um decreto publicado no mesmo dia da MP 690. O modelo passará a vigorar em dezembro.

Encomenda

A MP promove ainda duas modificações no setor. No caso da industrialização por encomenda (em que uma empresa produz a bebida para outra), o IPI será cobrado tanto na saída da empresa que produziu como na da que encomendou. É a chamada responsabilidade solidária pelo imposto devido.

O texto determina que as notas fiscais da indústria de bebidas quentes deverão conter a descrição da marca comercial, tipo de embalagem e volume do produto. Se a nota não for apresentada à fiscalização, ela será considerada sem valor legal e servirá de prova em favor do Fisco.

Mombelli foi o único representante do governo federal a participar da audiência. Humberto Costa reclamou da ausência de representantes dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Planejamento e das Comunicações.

Texto garante mamografia a paciente com alto risco

No início do Outubro Rosa, movimento para conscientização sobre a prevenção ao câncer de mama, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que pretende auxiliar no diagnóstico rápido da doença nas mulheres, independentemente da faixa etária.

O substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 374/2014 garante a realização de exames mamográficos a mulheres com elevado risco de desenvolvimento de câncer de mama ou para as pacientes cujo quadro clínico demande o exame para elucidação diagnóstica. O exame poderá ser feito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde que solicitado pelo médico, ainda que elas não tenham a idade mínima prevista em lei, hoje estabelecida em 40 anos. A proposta tem decisão final na comissão, mas precisa passar por turno suplementar.

O projeto original, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pretendia eliminar da Lei 11.664/2008, que trata das ações de saúde contra o câncer de mama e de útero, a idade mínima de 40 anos para a realização da mamografia pelo SUS. Atualmente, apesar de assegurado a todas as mulheres acima de 40 anos, o Ministério da Saúde só faz o exame rotineiramente para as com mais de 50 anos.

Em seu substitutivo, Dário Berger (PMDB-SC) garantiu a ampliação da mamografia às mulheres que têm mais risco de desenvolver a doença e manteve a idade já determinada em lei:

— A supressão da definição da idade a partir da qual as mulheres têm direito à mamografia pelo SUS não conta com justificativa técnica e reduziria sobremaneira o acesso das mulheres ao método diagnóstico em questão.

Remédio para emagrecer pode ser autorizado por lei

A produção, a comercialização e o consumo dos medicamentos para emagrecer sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol poderão ser autorizados por lei. Atualmente, a autorização é regulamentada por resolução. É o que determina o projeto de lei da Câmara (PLC 61/2015) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem. A matéria segue para o Plenário.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu, por meio de resolução de 2011, três dessas substâncias — anfepramona, femproporex e mazindol — e estabeleceu medidas de controle para a sibutramina. No mesmo ano, o deputado Felipe Bornier (PSD-RJ) sugeriu a aprovação de projeto de lei por acreditar que a proibição prejudicaria milhares de pacientes que realmente necessitam desses anorexígenos.

A relatora do PLC 61/2015, Lúcia Vânia (PSB-GO), lem-

brou que o Senado aprovou, em 2014, decreto legislativo para neutralizar a norma da Anvisa. Ela também relatou esse projeto. Segundo a senadora, os médicos, e não a Anvisa, têm o conhecimento e a prerrogativa de decidir se seus pacientes devem ou não continuar a utilizar os medicamentos à base dessas substâncias que já se encontram há tantos anos no mercado brasileiro. Após o decreto do Senado, a agência publicou nova resolução para regulamentar a produção e consumo dos produtos.

— A Anvisa vem fazendo a sua parte, buscando cumprir sua missão de zelar pela segurança do usuário de medicamentos. No entanto, entendemos que é preciso garantir em lei a disponibilidade dos anorexígenos no Brasil, de forma a impedir que uma nova norma infralegal seja editada para retirá-los do mercado — defendeu Lúcia Vânia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

União não conhece seus imóveis, diz advogado

Em audiência sobre MP que trata da alienação de áreas do governo federal, representante da Prefeitura do Rio afirmou que terrenos de marinha não estão demarcados

A UNIÃO NÃO conhece a totalidade dos imóveis à sua disposição, o que se agrava por causa da falta de demarcação dos terrenos de marinha e dos terrenos marginais. O patrimônio cadastrado tem informações insuficientes e a quantidade de servidores da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que não tem quadro próprio de funcionários, não é adequada para essas atribuições.

A avaliação é do advogado da Empresa Municipal de Urbanização do Rio de Janeiro, José Roberto Andrade Coutinho, que ontem participou de uma audiência pública na comissão mista que analisa a MP 691/2015.

Entre outros temas, a MP define as condições para a alienação de imóveis localizados em terrenos de marinha e autoriza o uso de imóveis da União para a constituição e integralização de cotas em fundos de investimento. A medida não contempla os imóveis administrados pelas Forças Armadas e os situados na faixa de fronteira ou na faixa de segurança dos terrenos de



No debate, o advogado José Roberto Coutinho, da Empresa Municipal de Urbanização do Rio, e o deputado Lelo Coimbra

marinha (30 metros a partir da praia).

— Os recursos orçamentários alocados à SPU são inadequados. Os sistemas de gestão e controle dos bens não estão regulamentados. Há falta de interação entre a gestão e os ocupantes de imóveis. A legislação que trata do tema é esparsa, sem consolidação e com dificuldade de interpretação — afirmou.

Na visão de Coutinho, a melhor solução para a má

administração dos terrenos de marinha é o incentivo à aquisição de domínio pleno, com mudança gradual nas regras de aforamento. Ele ressaltou que não se justifica ampliar a hipótese de alienação de bens imóveis sem licitação e com incentivos antes que a SPU consiga liquidar o estoque dos terrenos de marinha:

— A SPU precisa primeiro cumprir as atribuições dela. Para isso, precisa receber do governo apoio em termos de

recursos financeiros, materiais e orçamentários.

Caixa

Coutinho disse ser contrário a dispositivo da MP que autoriza a União a contratar a Caixa para executar ações necessárias ao processo de alienação dos imóveis, como cadastramento, regularização e avaliação e representá-la na celebração de contratos.

— Não pode ficar só com a Caixa. Tem que fazer um edital

bem fechado para que sejam empresas bem qualificadas. Tem que ter cuidado com as empresas que vão prestar esse serviço. A Caixa pode ser coadjuvante. O importante do laudo é que cumpra normas técnicas.

Coutinho criticou dispositivo da MP que delimita o universo dos imóveis que poderão ser alienados, os quais deverão estar localizados em áreas urbanas consolidadas em municípios com mais de 100 mil habitantes e fora da faixa de segurança.

— Somos contra a restrição. Os imóveis previstos na MP são os que têm o maior índice de demarcação, mas tem que providenciar a demarcação de todos os outros — afirmou.

Ele disse que a MP descumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede a aplicação de recursos oriundos da venda de imóveis em custeio da administração:

— Esses recursos de custeio patrimonial da União têm que vir de receita oriunda das taxas de laudêmio, de foro ou do Tesouro, mas não pode ser da venda de imóvel.

Prefeito quer adiar para 2017 novas regras para organizações sociais

Preocupadas com o impacto fiscal que o Marco Legal das Organizações Sociais pode causar aos municípios, prefeitos querem transferir o início da vigência para 2017 ou 2018. Essa foi uma das reivindicações apresentadas ontem na audiência pública sobre a Medida Provisória (MP) 684/2015, que já altera a data da entrada em vigência, mas para dezembro deste ano.

O novo marco foi instituído pela Lei 13.019/2014 e regula as parcerias entre o poder público e as organizações sociais. Depois de um primeiro adiamento, o início da vigência foi marcado para julho passado.

Transferir para dezembro não basta, segundo o representante da Frente Nacional de Prefeitos, Hamilton Bernardes Júnior. Depois de mencionar o delicado momento fiscal do país, Bernardes afirmou que a entrada em vigor do novo marco é preocupante. Segundo ele, o esperado é o aumento nos repasses às organizações que prestam serviços aos municípios. O motivo seria a realização de chamadas públicas para a escolha das entidades. Nesse caso, afirmou, a tendência será a adoção de referenciais de entidades que prestam os melhores serviços, a preços que serão maiores.

— Ano que vem é ano de eleições e temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe o gestor de deixar dívidas e restos a pagar sem cobertura financeira para a nova administração.

A comissão mista que estuda a MP 684/2015 é presidida pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC). O relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), disse que parte das sugestões apresentadas na audiência entrarão na redação que ele prepara. No entanto, quanto ao adiamento do início da vigência, considerou que deve haver resistência do governo.

— Há um compromisso do governo com segmentos da sociedade na construção dessa legislação. Adiar mais uma vez pode contrariar o interesse em fazer com que essa lei aconteça — avaliou.

Adequações

O projeto do novo marco regulatório foi aprovado pelo Congresso em julho de 2014, tornando mais rígidas as regras para a assinatura de convênios entre organizações sociais e governos, nas esferas federal, estadual e municipal. O texto foi sancionado com previsão de que entrasse em vigor em 90 dias.

Pouco antes, o governo editou uma MP que adiou o prazo

pela primeira vez, passando a ser 360 dias da publicação da lei, o que levaria o início da vigência para 27 de julho passado. O motivo foi dar mais prazo para que as organizações e os entes públicos se preparassem.

Ainda assim, segundo o governo, o novo prazo revelou-se insuficiente diante da necessidade de adequações estruturais complexas de ambos os lados.

Alethele Santos, que representou o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, disse que a entidade se opõe ao uso do novo marco para regular as relações do poder público com entidades sociais que prestam serviço no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo ela, as normas são incompatíveis com serviços de natureza contínua e as especificidades que caracterizam as atividades de saúde.

A representante do conselho de secretários estaduais chamou a atenção para os problemas que podem ocorrer por causa da exigência de alcance nacional nas chamadas para escolha das entidades parceiras.

Ela afirmou que a regra afeta o princípio da territorialidade, considerado essencial para a garantia da oferta de serviços de saúde em cada localidade.

— Uma leitura rasa desse artigo poderá comprometer toda a política de regionalização e formação de redes de saúde — disse.

“Inferno burocrático”

Segundo o representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Charles Tocantins, as normas são de fato inaplicáveis ao SUS. A seu ver, outro risco é que seja transposto para as relações entre o setor público e as organizações sociais o mesmo “inferno burocrático” que, para ele, caracteriza as contratações com base na Lei de Licitações.

— Temos como posição que a lei não vai resolver o problema da moralidade, mas sim burocratizar o sistema.

Mesmo considerando que o novo marco representa um momento histórico para a assistência social no país, Magali Basile, do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, afirmou que é necessário aperfeiçoar alguns pontos. Ela observou que, também para o Sistema Único de Assistência Social (Suas), os editais nacionais para chamamento das entidades podem colidir com as necessidades e peculiaridades de cada população a ser assistida.

A MP tem de ser votada até o dia 28, senão perderá a validade.

Relator apresenta parecer sobre fundo do seguro rural

O deputado Assis Carvalho (PT-PI) apresentou relatório à Medida Provisória 682/2015. A comissão mista que analisa o texto deve, porém, votar o parecer só na semana que vem, porque houve pedido de vista coletiva.

A MP atribui à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, a função de gerir o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural até a liquidação das obrigações do fundo.

Assis Carvalho incluiu no texto autorização para que o ministério estabeleça em regulamento a remuneração a ser paga pelo fundo à agência pela administração dos recursos. O deputado também ampliou até 2022 o prazo para início da obrigatoriedade de que metade das funções gerenciais da ABGF seja exercida por pessoal permanente.

Todas as 27 emendas apresentadas à proposta foram rejeitadas pelo relator. No parecer, ele informou que 23 não atenderam os quesitos de admissibilidade e as demais, que tratam diretamente do tema da medida provisória, foram rejeitadas no mérito.

(Da Agência Câmara)

Contas de 2009 e 2010, do ex-presidente Lula, e de 2012, da presidente Dilma, foram aceitas ontem pela Comissão Mista de Orçamento. Palavra final será do Congresso

3 contas do governo são aprovadas em comissão

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem, em rápidas votações, as prestações de contas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (anos 2009 e 2010) e da presidente Dilma Rousseff (2012). A aprovação ocorreu no mesmo dia em que o Tribunal de Contas da União (TCU) retomou o julgamento das contas de 2014.

As contas já haviam passado pelo crivo do TCU, que aprovou as três com ressalvas e recomendações, integralmente acolhidas pelos relatores na comissão. Como determinam as normas do Congresso, cada relator propôs, ao final do parecer, um projeto de decreto legislativo aprovando as contas e as ressalvas. Essa tem sido a praxe no colegiado para as votações de contas presidenciais.

A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), informou que os projetos serão enviados à Mesa do Congresso para serem votados em sessão conjunta.

— Esse é o entendimento do senador Renan Calheiros [presidente do Senado e da Mesa do Congresso] e é assim que ele vai proceder a partir de agora — disse a senadora.

Serão as primeiras contas presidenciais analisadas em sessão conjunta — as anteriores passavam por votações separadas na Câmara e no Senado. O rito foi alterado em agosto após decisão liminar do ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que acolheu mandado de segurança da presidente da CMO contra a votação separada.

A análise das três contas foi antecedida de um acordo de líderes na comissão, que contou com apoio da oposição. As contas presidenciais re-

ceberam parecer pela aprovação dos relatores, o deputado Valtenir Pereira (Pros-MT), o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e o senador Hélio José (PSD-DF), respectivamente relatores das contas de 2009, 2010 e 2012.

Os projetos de decreto legislativo foram aprovados com a mesma redação, seguindo acordo mediado pelo deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), coordenador da bancada do PSDB, com os relatores, a partir de proposta do também deputado tucano Izalci (DF). Apesar do acordo, Izalci destacou que a disposição dos opositoristas será diferente para as contas de 2014.

— O placar de lá [TCU] ajuda aqui.

Com a aprovação de ontem, ainda restam ser analisadas na comissão as contas presidenciais de 1990 e 1991 (Fernando Collor), 2011, 2013 e 2014 (Dilma Rousseff). A Constituição não estabeleceu prazo para o Congresso analisar as contas presidenciais.

O TCU fez diversas ressalvas às três contas presidenciais aprovadas, como baixo percentual de arrecadação das multas administrativas aplicadas por órgãos públicos, execução de despesa sem suficiente dotação no orçamento das estatais e procedimentos inadequados que afetaram a compreensão do patrimônio da União.

Para o ano de 2012, por exemplo, o tribunal alertou para a contabilização de dividendos do BNDES, no balanço da União, em condições não previstas no estatuto do banco.

As ressalvas não impedem a aprovação das contas, mas exigem a adoção das medidas saneadoras determinadas em cada relatório do tribunal e mantidas pelos relatores da CMO.

(Da Agência Câmara)



Senadora Rose de Freitas, presidente da CMO, e deputado Jaime Martins (C) na reunião de ontem

Partidos fecham acordo para votar Lei de Diretrizes Orçamentárias em duas semanas

Os coordenadores dos partidos na Comissão Mista de Orçamento (CMO) fecharam acordo ontem para votar em duas semanas o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016.

O acordo foi fechado depois que o relator da proposta, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE), concordou em incluir no Anexo de Metas e Prioridades as emendas individuais de deputados e senadores.

São 610 emendas que propõem ações nos estados dos parlamentares. Elas haviam sido rejeitadas por Teobaldo na esteira de outro acordo fechado na comissão pelos líderes com o governo, que previa, para 2016, a execução obrigatória de uma emenda de cada uma das 27 bancadas estaduais, em troca da rejeição de todas as emendas individuais ao anexo.

Esse acordo, porém, foi criticado

pelo deputado Hildo Rocha (MA), um dos representantes do PMDB na comissão, que anunciou a obstrução do partido à votação do projeto caso as emendas individuais não fossem acolhidas.

— Você está cerceando nosso trabalho — disse Rocha.

Teobaldo decidiu, então, atender o deputado para viabilizar a votação, advertindo que o governo deverá vetar o anexo com os pleitos individuais.

Na quarta-feira, o relator deverá apresentar um novo adendo (o quarto) com alterações ao substitutivo já apresentado por ele. O adendo deve incorporar novas sugestões do governo à LDO. A princípio, segundo o relator, não haverá alteração na meta de superávit primário.

Em agosto ele apresentou o primeiro adendo reduzindo a meta para R\$ 43,8 bilhões em 2016.

(Da Agência Câmara)

Alvaro: Planalto tenta interferir em julgamento

Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou na terça contra a tentativa de ingerência política do governo sobre o Tribunal de Contas da União (TCU). Para ele, o Executivo se antecipa a uma decisão desfavorável à presidente da República, Dilma Rousseff, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal para buscar impedir o julgamento das contas de 2014 do governo.

Alvaro avalia que os governos do PT manobram para desqualificar o TCU.

— [O governo] afronta uma instituição essencial num país que sofre com escândalos reiterados — disse o senador.



Segundo Gleisi, Nardes politizou pedaladas fiscais

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou que o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, tenha “politizado” a análise das contas de 2014 do governo Dilma.

Segundo ela, que discursou antes do resultado do julgamento, a rejeição das contas por causa das chamadas pedaladas fiscais, prática já adotada por outros governos, não deveria ocorrer.

— Se o tribunal foi leniente até agora com as contas presidenciais no aspecto da pedalada fiscal, por que agora, com a presidente Dilma, vai rejeitar? Pelo volume delas? Não procede, a ilegalidade seria a mesma.

Flexa critica Dilma por tentar afastar ministro do TCU

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o governo por tentar afastar o ministro Augusto Nardes da relatoria do processo que julga, no Tribunal de Contas da União (TCU), as contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, sob a alegação de que a análise seria política, e não técnica.

Para ele, o governo deveria admitir a manipulação das contas e respeitar as instituições:

— O TCU é um órgão assessor do Congresso, que é um Poder da República. O Executivo não pode querer que o Legislativo se dobre à sua vontade, que é o que a presidente quer.



Aécio: Executivo quer desmoralizar instituições

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que “as manobras desesperadas” de Dilma Rousseff para impedir o julgamento das contas de seu governo pelo TCU representam um esforço de desmoralizar as instituições brasileiras. Ele negou que o relator das contas, Augusto Nardes, faça o jogo da oposição: o entendimento de que o governo cometeu irregularidades foi acompanhado por todos os ministros.

Aécio acrescentou que os indícios de desvio de verba da Petrobras levam o Tribunal Superior Eleitoral, pela primeira vez, a investigar a eleição de um presidente empossado.

Humberto critica questionamento do tribunal

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse, antes do resultado do julgamento das contas de 2014 do governo Dilma, esperar bom senso do Tribunal de Contas da União. Ele disse que o Executivo respondeu a todos os questionamentos do TCU sobre movimentações contábeis, fiscais e financeiras de uma forma técnica que, a seu ver, fulmina as dúvidas sobre a correção das ações do governo.

Humberto reclamou que estão sendo questionadas ações que nunca antes haviam sido tratadas como irregularidades graves pelo TCU em governos anteriores.

— Esperamos que esta Casa, que pode mudar ou homologar qualquer que seja o resultado desse parecer, entenda que não se pode brincar com a Constituição.



Telmário Mota repudia voto antecipado

Telmário Mota (PDT-RR) afirmou que o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes quebrou a liturgia do cargo ao antecipar seu voto no julgamento das contas da presidente Dilma Rousseff, para ele, uma situação inédita.

— Reprovo, sim, um ministro se colocando como se político fosse. É fácil. É só ele renunciar ao cargo de ministro e voltar às urnas e disputar.

O senador considerou natural que a presidente Dilma tenha pedido a suspensão do julgamento no TCU por sentir-se prejudicada pela parcialidade do ministro.